

FREDERICO  
AMADO

EDNEY BORGES  
NASCIMENTO

*Questões*  
**DE DIREITO**  
**PREVIDENCIÁRIO**  
*comentadas*

248 Questões atualizadas conforme  
a Emenda 103/2019



EDITORA  
*Jus*PODIVM

[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

# QUESTÕES DE 2019

## ▼ QUESTÃO 1

Ano: 2019 • Banca: FAEESP • Órgão: Prefeitura de Marabá - PA • Prova: FAEESP - 2019 - Prefeitura de Marabá - PA - Assistente Social

A seguridade social, segundo a Constituição Federal de 1988, compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I. universalidade da cobertura e do atendimento;
- II. uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III. tratamento diferenciado para a seguridade profissional e a não profissional;
- IV. irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V. equidade na forma de participação no custeio;
- VI. respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família;
- VII. caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados.

Estão corretos os itens:

Alternativas:

- A) I, II, III; IV; V.
- B) I, II, V, VI, VII.
- C) I, II, IV, V, VII.
- D) I, II, III, VI, VII.

**NOTA DO AUTOR:** A questão versa sobre os princípios da seguridade social, cobrando a literalidade do art. 194 da Constituição Federal.

**COMENTÁRIOS:** A questão lista os princípios da seguridade social, cabendo ao examinando identificar que “tratamento diferenciado para a seguridade profissional e a não profissional” e “respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família “ não pertencem àquele rol de princípios.

Gabarito oficial: C

## ▼ QUESTÃO 2

Ano: 2019 • Banca: FURB • Órgão: Prefeitura de Porto Belo - SC • Prova: FURB - 2019 - Prefeitura de Porto Belo - SC - Advogado

Analise a seguinte situação hipotética: A aposentada Joana das Dores, residente no município de Poço Azedo, está incomodada com uma situação: ela percebeu que, quando vai ao mercado fazer compras de mantimentos para a sua casa, tem adquirido cada vez menos produtos. Tal situação a obriga a pedir ajuda a parentes para a sua manutenção. Joana está ainda mais incomodada porque leu na internet que um dos princípios que regem o Direito Previdenciário é o que determina que os benefícios recebidos de órgãos previdenciários devem ser reajustados para lhes preservar, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

Considerando a situação acima, assinale a alternativa que contém o princípio de Direito Previdenciário lido pela aposentada:

Alternativas:

- A) Garantia do benefício mínimo.

- B) Preservação do valor real dos benefícios.
- C) Universalidade da cobertura e do atendimento.
- D) Equilíbrio financeiro atuarial.
- E) Correção monetária dos salários de contribuição.

**NOTA DO AUTOR:** A questão trata de um dos Princípios da Previdência Social, conforme rol do art. 201 da Constituição Federal.

Gabarito oficial: B

### ▼ QUESTÃO 3

Ano: 2019 • Banca: IDHTEC • Órgão: Prefeitura de Maragogi - AL Provas: IDHTEC - 2019 - Prefeitura de Maragogi - AL - Advogado

Com relação à Seguridade Social, é incorreto afirmar:

Alternativas:

- A) A seguridade social tem como um de seus objetivos a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- B) Uma das formas de custeio da seguridade social provém das contribuições sociais pagas pelo empregador, empresa e entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre o lucro.
- C) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social integram o orçamento da União.
- D) A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

E) A pessoa jurídica que estiver em débito com o sistema da seguridade social não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

**COMENTÁRIOS:** A questão cobra a literalidade dos artigos 194 e seguintes da Constituição Federal. O erro está na alternativa C, visto que há um erro na transcrição do art.195, §1º, uma vez que as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, mas não integram o orçamento da União.

**Gabarito oficial:** C

#### ▼ QUESTÃO 4

Ano: 2019 • Banca: COMPERVE • Órgão: Câmara de Parnamirim - RN • Prova: COMPERVE - 2019 - Câmara de Parnamirim - RN - Procurador

Ana Carolina, jovem cidadã preocupada com o seu futuro ao atingir a terceira idade, após ouvir reiteradas notícias na televisão a respeito de possíveis reformas no âmbito da seguridade social nacional, decidiu se informar melhor sobre o assunto. Nesse contexto, após exaustiva leitura da Constituição Federal de 1988, Ana Carolina observou que

Alternativas:

- A) O município não financia a seguridade social, ficando a União e os estados responsáveis diretamente pelo seu custeio integral, na forma da legislação complementar atinente ao assunto, especialmente diante de interesse público superveniente.
- B) A seguridade social será organizada com foco no caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo nos órgãos colegiados.
- C) O pescador artesanal, que exerça as suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes,

contribuirá para a seguridade mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e fará jus aos benefícios nos termos da lei.

D) A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, salvo em razão de excepcional interesse público superveniente.

**COMENTÁRIOS:** A alternativa A pode ser resolvida com a leitura do *caput* do art. 195 da CF. O erro está na falta de financiamento da seguridade social por parte do Município. Conforme art. 195, o custeio da Seguridade Social se dá por toda sociedade, “mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais”.

A alternativa B demanda a leitura do art. 194 da CF. A gestão da Seguridade Social, conforme leitura do art. 194, VII, é quadripartite, e não tripartite, possuindo participação também dos aposentados.

A alternativa C demanda a leitura do art. 195, §8º da CF. Trata-se de transcrição literal desse artigo, evidenciando que o pescador artesanal é considerado como segurado especial.

A alternativa D trouxe uma transcrição incorreta do art. 195, §3º da CF. Com efeito, a pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social não poderá contratar com o poder público, não havendo qualquer exceção a essa regra.

Gabarito oficial: C

## ▼ QUESTÃO 5

Ano: 2019 • Banca: AMEOSC • Órgão: Prefeitura de Anchieta - SC • Prova: AMEOSC - 2019 - Prefeitura de Anchieta - SC - Fiscal de Tributos e Obras

Ainda de acordo com a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a contribuição do empregador doméstico incidente sobre o salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço é de:

Alternativas:

- A) 6%
- B) 8%
- C) 10%
- D) 12%

**COMENTÁRIOS:** A questão trata de um assunto cuidado pela Lei de Custeio da Previdência Social, a Lei 8.212/91. O art. 24 da mencionada lei afirma que a contribuição do empregador doméstico BÁSICA incidente sobre o salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço é de 8%.

Gabarito oficial: B

#### ▼ QUESTÃO 6

Ano: 2019 • Banca: AMEOSC • Órgão: Prefeitura de Anchieta - SC • Prova: AMEOSC - 2019 - Prefeitura de Anchieta - SC - Fiscal de Tributos e Obras

De acordo com a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, no âmbito federal, o orçamento da Seguridade Social é composto das seguintes receitas:

- I. Receitas da União;
- II. Receitas das contribuições sociais;
- III. Receitas de outras fontes.

Dos itens acima:

Alternativas:

- A) Apenas o item I está correto.
- B) Apenas os itens I e II estão corretos.
- C) Apenas os itens II e III estão corretos.
- D) Todos os itens estão corretos.

**COMENTÁRIOS:** As assertivas tratam de todas as receitas da seguridade social, conforme disposto no art. 11 da Lei de Custeio da Previdência Social.

Gabarito oficial: D

**▼ QUESTÃO 7**

Ano: 2019 • Banca: AMEOSC • Órgão: Prefeitura de São Miguel do Oeste - SC  
• Prova: AMEOSC - 2019 - Prefeitura de São Miguel do Oeste - SC - Advogado

A Constituição Federal estabelece que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. São objetivos base, por meio dos quais compete ao Poder Público organizar a seguridade social, exceto:

Alternativas:

- A) Diversidade da base de financiamento.
- B) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- C) Redutibilidade do valor dos benefícios.
- D) Universalidade da cobertura e do atendimento.

**COMENTÁRIOS:** a **questão** trata da literalidade do art. 194 da Constituição Federal, transcrevendo incorretamente a alternativa C. Com efeito, um dos objetivos da seguridade social é a irredutibilidade do valor dos benefícios.

Gabarito oficial: C

**▼ QUESTÃO 8**

Ano: 2019 • Banca: FADESP • Órgão: Prefeitura de Marabá - PA • Prova: FADESP - 2019 - Prefeitura de Marabá - PA - Médico Perito

O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de

Alternativas:

- A) 30%.
- B) 40%.



- C) 20%.
- D) 25%.

**COMENTÁRIOS:** a questão versa sobre o auxílio acompanhante, benefício previsto no art. 45 da Lei 8.213/91:

*“Art. 45. O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).”*

Gabarito oficial: D

### ▼ QUESTÃO 9

Ano: 2019 • Banca: FAEESP • Órgão: Prefeitura de Marabá - PA • Prova: FAEESP - 2019 - Prefeitura de Marabá - PA - Médico Perito

A Lei 8.212, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, no seu Artigo 8º, prevê que as propostas orçamentárias anuais ou plurianuais da Seguridade Social serão elaboradas por comissão integrada por representantes, sendo

Alternativas:

- A) 01 (um) da área da saúde, 02 (dois) da área da previdência social e 01 (um) da área da assistência social.
- B) 01 (um) da área da saúde, 01 (um) da área da previdência social e 02 (dois) da área da assistência social.
- C) 01 (um) da área da saúde, 01 (um) da área da previdência social e 01 (um) da área da assistência social.
- D) 02 (dois) da área da saúde, 01 (um) da área da previdência social e 01 (um) da área da assistência social.

**COMENTÁRIOS:** Conforme mencionado no preâmbulo da questão, foi cobrada a Lei 8.212/91, mais especificamente o art. 8º:

*“As propostas orçamentárias anuais ou plurianuais da Seguridade Social serão elaboradas por Comissão integrada por 3 (três)*

*representantes, sendo 1 (um) da área da saúde, 1 (um) da área da previdência social e 1 (um) da área de assistência social.”.*

Gabarito oficial: C

### ▼ QUESTÃO 10

Ano: 2019 • Banca: FADESP • Órgão: Prefeitura de Marabá - PA • Prova: FADESP - 2019 - Prefeitura de Marabá - PA - Médico Perito

A perícia médica do INSS deixa de caracterizar a natureza acidentária da incapacidade, quando constatar a inexistência de nexó técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo, decorrente da relação entre a atividade da empresa ou do empregado doméstico e a entidade mórbida motivadora da incapacidade. Considera-se acidente do trabalho a doença

Alternativas:

- A) Endêmica.
- B) Profissional.
- C) Degenerativa.
- D) Inerente a grupo etário.

**COMENTÁRIOS:** A questão trata das exceções à caracterização do acidente de trabalho. Tais exceções estão previstas no art. 20, §1º da Lei 8.213/91:

*“Art. 20, §1º Não são consideradas como doença do trabalho:*

- a) a doença degenerativa;*
- b) a inerente a grupo etário;*
- c) a que não produza incapacidade laborativa;*
- d) a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.*

*§ 2º Em caso excepcional, constatando-se que a doença não incluída na relação prevista nos incisos I e II deste artigo resultou das condições especiais em que o trabalho é executado e com ele*

*se relaciona diretamente, a Previdência Social deve considerá-la acidente do trabalho.”*

**Gabarito oficial:** B

### ▼ QUESTÃO 11

Ano: 2019 • Banca: FAEESP • Órgão: Prefeitura de Marabá - PA • Prova: FAEESP - 2019 - Prefeitura de Marabá - PA - Médico Perito

O Decreto n° 3048, de 6 de maio de 1999, inciso VI, que aprova o Regulamento da Previdência Social, no seu Artigo 13, prevê que, após a cessação das contribuições, o segurado facultativo mantém a qualidade de segurado pelo prazo de até

Alternativas:

- A) doze meses.
- B) quatro meses.
- C) seis meses.
- D) nove meses.

**COMENTÁRIOS:** A questão trata do período de graça do segurado facultativo, fixado no Regulamento da Previdência Social e na Lei 8.213/91 como sendo de 6 meses.

**Gabarito oficial:** C

### ▼ QUESTÃO 12

Ano: 2019 • Banca: FAEESP • Órgão: Prefeitura de Marabá - PA • Prova: FAEESP - 2019 - Prefeitura de Marabá - PA - Médico Perito

A Lei 8.213, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência, em seu Artigo 93, obriga a empresa com 100 (cem) ou mais empregados a preencher um percentual de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas. Para uma empresa com 800 empregados, a proporção obrigatória é de

Alternativas:

- A) 4%.
- B) 5%.
- C) 2%.
- D) 3%.

**COMENTÁRIOS:** A questão cobra a literalidade do art. 93 da Lei 8.213/91, que estabelece que A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, à razão de 4% quando possuir entre 501 e 1.000 funcionários.

Gabarito oficial: A

### ▼ QUESTÃO 13

Ano: 2019 • Banca: CONSULPAM • Órgão: Prefeitura de Resende - RJ • Prova: CONSULPAM - 2019 - Prefeitura de Resende - RJ - Médico do Trabalho

O auxílio doença é o benefício a que tem direito o segurado que, após cumprir a carência, quando for o caso, ficar incapaz para o trabalho (mesmo que temporariamente), por doença por mais de 15 dias consecutivos. Esse benefício deixa de ser pago EXCETO:

Alternativas:

- A) Quando o segurado recupera a capacidade para o trabalho.
- B) Quando esse benefício se transforma em aposentadoria por invalidez.
- C) Quando o segurado solicita e não tem a concordância da perícia médica do INSS.
- D) Quando o segurado volta voluntariamente ao trabalho.

**COMENTÁRIOS:** Quando o segurado pede o benefício e o INSS o nega, o benefício é indeferido, não chegando a ser pago. Logo, não deixa de ser pago, pois nunca esteve ativo.

Gabarito oficial: C